

(Em euros)

	2005	2004
Amortizações do exercício	613 284,21	558 712,80
Impostos	38 015,79	1 575,36
Outros custos e perdas operacionais	400,00	349,16
(A)	3 754 574,88	3 369 959,16
Outros juros e custos similares	3 578,45	4 178,31
(C)	3,758 153,33	3 374 137,47
Custos e perdas extraordinários	58 257,37	110 226,11
(E)	3,816 410,70	3 484 363,58
Imposto sobre o rendimento do exercício	532,61	4 302,07
(G)	3 816 943,31	3 488 665,65
Resultado líquido do exercício	- 156 688,50	161 651,02
	3 660 254,81	3 650 316,67
Resumo:		
Resultados operacionais (B)-(A) =	- 186 703,29	156 643,35
Resultados financeiros (D-B)-(C-A) =	11,381,04	10 262,32
Resultados correntes (D)-(C) =	- 175 322,25	166 805,67
Resultados antes de impostos (F)-(E) =	- 156 155,89	165 953,09
Resultado líquido do exercício (F)-(G) =	- 186 688,50	161 651,02

O Conselho de Administração: *Francisco da Cruz dos Santos*, presidente — *Francisco António Braz Caixinha*, vogal — *José Pinheiro Monge*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Relatório e parecer do fiscal único

1 — *Introdução.* — Em cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais vimos apresentar o nosso relatório sobre a acção fiscalizadora exercida na empresa EMAS — Empresa Municipal de Água e Saneamento de Beja, E. M. e dar parecer sobre o relatório de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados por natureza e funções, a demonstração de fluxos de caixa e os respectivos anexos, referentes ao exercício de 2005, que nos foram apresentados pelo conselho de administração.

2 — Relatório:

2.1 — Acompanhámos durante o exercício de 2005 a actividade da empresa, especialmente através de análises e verificações dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte. Realizámos também testes e outros procedimentos com a profundidade julgada necessária.

2.2 — O conselho de administração e os serviços prestaram-nos todos os esclarecimentos e informações solicitados;

2.3 — Analisámos o relatório de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados por natureza e funções, a demonstração dos fluxos de caixa e os respectivos anexos, tendo verificado que foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, obedecem aos preceitos legais e estatutários e exprimem a situação patrimonial da empresa

2.4 — O relatório anual de revisão legal, por nós subscrito, refere os principais trabalhos executados e as conclusões e a nossa certificação legal de contas não apresenta reservas.

3 — *Parecer.* — Somos de parecer que a assembleia geral anual:

a) Aprove o relatório de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados por natureza e funções e a demonstração de fluxos de caixa e respectivos anexos do exercício de 2005, apresentados pelo conselho de administração;

b) Aprove a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 31 de Março de 2006. — O Fiscal Único, P. Matos Silva, Garcia Jr, P. Caiado e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por *António Campos Pires Caiado*.

1000309141

ISERBATALHA — GESTÃO DE EQUIPAMENTOS URBANOS, CULTURAL E INSERÇÃO, E. M.

Relatório n.º 11-L/2007

Sede social: Edifício dos Paços do Concelho, 2440-118 Batalha.
Capital social: 49 879,79 euros.
CAE: 1410.

Relatório e contas de 2005

Relatório de gestão

Através do presente relatório de gestão, o conselho de administração pretende dar cumprimento ao estipulado na alínea g) do artigo 25.º dos Estatutos da Iserbatalha. Os documentos de prestação de contas que ora apresentamos, permitem sustentar uma análise sucinta da situação económico-financeira da empresa até 31 de Dezembro de 2005.

Neste documento apresentamos uma abordagem sumária dos aspectos que considerámos mais relevantes na actividade da empresa.

Assim:

1 — Actividade da empresa

No exercício de 2005, a IserBatalha prosseguiu, de entre outras, as atribuições definidas nos estatutos:

a) Contribuiu para a melhoria da qualidade de vida das populações locais, através da preservação de equipamentos de utilização colectiva, espaços públicos e manutenção do património edificado;

b) Fomentou actividades de apoio às famílias, através da ocupação de tempos livres das crianças que frequentam os jardins-de-infância e escolas do 1.º CEB da rede pública de ensino do concelho da Batalha;

c) Facultou o apoio logístico para dinamização sócio-cultural do concelho, cooperando com colectividades e autarquias;

d) Criou condições de empregabilidade de pessoas pertencentes a grupos mais desfavorecidos face ao mercado social de trabalho;

f) Promoveu a inserção de trabalhadores em situação de carência económica, no âmbito do acordo celebrado com o IEFEP que confere à empresa o estatuto de empresa de inserção.

O actual modelo de gestão do prolongamento de horários e fornecimento de alimentação às crianças do 1.º CEB, tem sido posto em causa, mercê da política promovida pelo Ministério de Educação que pretende a generalização dos tempos livres para os alunos do 1.º Ciclo, de forma gratuita, utilizando para o efeito os recursos humanos da administração central.

A política que o Ministério instituiu, tem sido um atropelo na definição de objectivos pedagógicos e operacionais de selecção e recrutamento de pessoal, afectando, inclusive, a sua mobilidade face às necessidades de cada Centro de Actividades de Tempos Livres. Estes constrangimentos têm vindo a provocar instabilidade no seio da comunidade escolar e na equipa de animadoras, pondo em causa os postos de trabalho já criados.

O programa do Governo, inviabilizará a prática das comparticipações familiares para a componente de prolongamento de horários

do 1.º CEB e provocará o aumento do contributo dos municípios no fornecimento da alimentação.

Reportando-nos ao ano transacto, a valência de actividades de tempos livres foi frequentada por 455 crianças, distribuídas entre o ensino básico (292 crianças) e pré-escolar (163 crianças).

As refeições continuam a ser fornecidas pela Escola Básica 1.º e 2.º ciclos Mouzinho de Albuquerque, Misericórdia da Batalha (para a freguesia da Batalha), Centro Social Paroquial Reguengo do Fetal (para a freguesia do Reguengo), Centro Apoio Social São Mamede (para a freguesia de S. Mamede) e Centro Recreativo da Golpilheira (para a freguesia da Golpilheira) envolvendo toda a rede concelhia de apoio social.

Apesar de se tratar de uma receita da autarquia, a cobrança das comparticipações familiares das refeições é feita pelos serviços administrativos da IserBatalha,

Actividades de tempos livres/ prologamento de horário do concelho da Batalha

Local	Tipo de frequência das crianças			2005	2004	Crescim. (percentagem)
	Só almoço	Só ATL	Alm.+ATL			
Jardim-de-infância	38	10	115	163	140	16
Casal Vieira	—	—	12	12	12	—
Quinta do Sobrado	1	—	10	11	11	—
Bico Sacho	—	—	—	—	14	— 100
Golpilheira	13	3	22	38	8	375
Batalha	10	3	39	52	30	30
Casais dos Ledos	2	1	5	8	7	14
Torre	4	—	4	8	10	— 20
São Mamede	5	—	11	16	17	— 6
Faniqueira	1	2	4	7	9	— 22
Rebolaria	2	1	8	11	12	— 8
Ensino básico	35	110	147	292	269	9
Casal Vieira	3	—	10	13	16	— 19
Reguengo Fetal	2	2	21	25	22	14
Garruchas	1	5	5	11	11	—
Quinta do Sobrado	—	1	15	16	12	33
Golpilheira	13	5	27	45	37	22
Alcanadas	—	14	—	14	10	40
Branças	1	4	15	20	20	—
Batalha	—	63	—	63	63	—
Casais dos Ledos	4	4	12	20	16	25
Torre	4	1	9	14	14	—
São Mamede	3	2	15	20	25	— 20
Faniqueira	4	5	7	16	14	14
Rebolaria	—	4	11	15	9	67
Total	73	120	262	455	409	11

Pela análise do quadro acima referenciado podemos constatar que o projecto teve um crescimento de utentes na ordem dos 11%, traduzindo um nível de adesão de mais de 70% da comunidade escolar da rede pública de ensino pré-escolar e 1.º Ciclo.

As comparticipações familiares foram aprovadas pela autarquia, através da deliberação n.º 2005/0536/GAP, balizando-se por princípios de subsidiariedade, graduadas em função do rendimento *per capita* do agregado familiar, isentando quem não pode pagar e concedendo reduções às famílias que têm mais de um filho a frequentar os ATLs.

Este modelo, fomentou a prática de preços sociais com inerentes reflexos para a viabilidade económica e financeira da Iserbatalha. Para colmatar o desequilíbrio nos resultados de exploração desta valência, a autarquia atribuiu uma indemnização compensatória no valor de 145 000 euros, recorrendo para o efeito às premissas do artigo 31.º, da Lei n.º 58/98, de 18 de Agosto.

A empresa usufruiu ainda das comparticipações da DREC para a componente de prolongamento de horários das crianças dos jardins-de-infância, que representaram um valor médio mensal na ordem dos 29 euros/criança.

Quanto às outras valências, não houve qualquer facto a registar que comprometesse o seu normal funcionamento, resultando o acréscimo

do volume de negócios dos protocolos de prestação de serviços celebrados com a autarquia.

Tendo a Iserbatalha assumido encargos com pessoal, cujas funções se esgotaram no desempenho de outras atribuições delegadas pela autarquia, houve a necessidade de solicitar outra compensação indemnizatória, indispensável ao necessário reequilíbrio económico-financeiro da empresa.

Os encargos resultaram das seguintes atribuições:

Dinamização de eventos culturais, recreativos e sociais, através dos serviços de apoio administrativo, de recepção e atendimento telefónico, assim como serviços de coordenação pelo encarregado geral;

Manutenção de Infra-estruturas públicas, através de serviços técnicos de electricidade e de coordenação do encarregado geral;

Coordenação e gestão administrativa de actividades de Apoio ao Prolongamento de Horários e Fornecimento de Refeições (JI e 1.º CEB), através dos serviços administrativos de apoio à contabilidade e assessoria de direcção;

Apoio no processo de liquidação e cobrança de impostos municipais através dos serviços de assistente administrativa.

Estes custos, estão associados à seguinte estrutura de recursos humanos:

								(Em euros)
Funcionário	Função	Remuneração	14 meses	Encargos	Subsídio alimentação	Seguro ac. trabalho	Suplem.	Total de encargos
Paulo Vieira	Electricista	767,11	10 739,54	2 550,64	342,60	107,40	600,00	14 840,18
Armanda Moreira	Recepcion./assistente administrativa	631,15	8 836,10	2 098,57	842,60	88,36	—	11 665,63
José da Silva Clemente	Encar. geral/assistente	833,95	11,675,30	2 772,88	842,60	116,75	600,00	16 007,54
Ana Maria Carvalho	Administ. finanças	631,15	8 836,10	2 098,57	842,60	88,35	—	11 865,63
Lídia Silva	Assist. administrativa	1 268,63	17 750,82	4 218,19	342,60	177,61	—	22 999,22
Mana de Lurdes Sousa	Telefonista	374,70	5 215,30	1 245,86	842,60	52,46	7 386,74	—
		4 506,69	63 093,68	14 984,74	5 055,60	630,94	1 200,00	64 964,94

Funcionário	Função	Prestação de serviços	12 meses	Iva não deduzido	Subsídio alimentação	Seguro ac. trabalho	Suplem.	Total de encargos
Sofia Galvão	Téc. oficial de contas	353,54	4 242,48	329,64	—	—	—	4 572,12
Alberto Moreira	Canalizador	548,68	6 584,16	—	—	—	—	6 584,16
		902,22	10 826,64	329,64	—	—	—	11 156,28

Deduzidos 50% das remunerações dos funcionários:

Lídia Silva, Sofia Galvão e Alberto Moreira	811,09	14 293,73	2 273,92	421,30	88,80	—	17 077,75
<i>Total</i>	4 597,83	59 626,57	13 040,47	4 634,30	542,13	1 200,00	79 043,47

2 — Estrutura de recursos humanos

Em 31 de Dezembro, o quadro de pessoal era constituído por 55 efectivos (dos quais quatro são provenientes de processos de inserção através do EEFP), distribuídos da seguinte forma:

Repartição do quadro de pessoal por áreas funcionais

Quadro de pessoal	Adminis-trativos	Parques e jardins	Activ. tempos livres	Outros	Total
Assistente de direcção	1	—	—	—	1
Administrativos	—	—	—	2	2
Produção:					
Trabalhadores em processo inserção (portaria n.º 348-A/98):					
Indiferenciados	—	2	1	1	4
Especializados (animadoras de infância)	—	—	—	—	—
Trabalhadores requisitados à autarquia	—	2	—	2	4
Trabalhadores especializados	—	2	15	2	19
Encarregado geral	—	1	—	—	1
Outros	—	6	16	2	24
<i>Total</i>	1	13	32	9	55

3 — Política de investimentos e de financiamento

No período em análise realizaram-se Investimentos no montante de 3508 euros, sendo de relevar a aquisição de equipamento de apoio administrativo:

				(Em euros)
Investimentos	Activ. tempos livres	Manutenção de parques e jardins	Serviços adminstrat.	Total
Equipamento básico	158,62	—	—	158,62
Equipamento de transporte	—	—	—	—
Ferramentas e utensílios	210,02	—	—	210,02
Equipamento administrativo	—	—	3 140,12	3 140,12
<i>Total</i>	368,64	—	3 140,12	3 508,76

A cobertura financeira dos investimentos realizados foi assegurada pelas seguintes fontes de financiamento:

		Total (euros)
Origens internas		
Autofinanciamento		3 508,76

4 — Influência de proveitos e de custos diferidos nos resultados

Na sequência do acordo de colaboração celebrado entre a autarquia e o Ministério da Educação para a implementação da componente não lectiva de prolongamento de horários nos jardins de infância do concelho, a Direcção Regional de Educação do Centro (DREC) transferiu para a autarquia o montante de 21 815,86 euros destinado a este fim. Esta competência (prolongamento de horários de acordo com lei de bases do ensino pré-escolar) foi delegada na IserBatalha que

deveria ter sido ressarcida do respectivo montante. Como a autarquia não transferiu estes valores durante o exercício de 2005, irá proceder à regularização da dívida em 2006.

Em 31 de Dezembro, a autarquia assume-se como credora da Iserbatalha no montante de 170 935,53 euros. Este passivo diz respeito às participações familiares resultantes dos almoços das crianças, valores actualmente na posse da IserBatalha, entidade responsável pela sua cobrança. Como a transferência das verbas não ocorreu no exercício de 2005, proceder-se-á à regularização da dívida em 2006.

4 — Proveitos operacionais

A actividade operacional da empresa resulta, em grande parte, dos protocolos celebrados com a Câmara Municipal.

Protocolos celebrados entre a Iserbatalha e a Câmara Municipal da Batalha

Protocolos	(Em euros)	
	Mensal	Anual
Prestação serviços de higiene e limpeza, manutenção de redes eléctricas	7 200,00	86 400,00
Prestação de serviços de manutenção de parques e jardins	5 736,18	68 834,16
Aluguer do mini-bus	2 094,95	25 139,40
Prestação de serviços de aluguer de viaturas	1 246,99	14 963,88
<i>Total</i>	16 278,12	195 337,44

Repartição dos proveitos operacionais por áreas funcionais

Áreas funcionais	Vendas	Prestação de serviços	2005		Porcentagem de crescimento
			2005	2004	
Actividade tempos livres	—	131 317,27	131 317,27	112 533,08	14
Parques e jardins	13 550,48	68 898,16	82 448,64	83 463,84	— 1
Outras actividades (a)	159,11	153 979,32	154 138,43	155 679,64	— 1
<i>Total</i>	13 709,59	354 194,75	367 904,34	351 676,56	4

(a) Gestão de infra-estrutura, higiene e salubridade, aluguer de equipamento e promoção cultural.

5 — Preços praticados

A tabela de preços praticados pela Iserbatalha, E. M., foi aprovada por deliberação n.º 2000/941/GAP do executivo municipal, com excepção dos protocolos celebrados com a autarquia e já referenciados neste documento.

A tabela evidenciada no quadro seguinte consta do regulamento de liquidação e cobrança das taxas e tarifas da Câmara Municipal actualizado para 2005 pela deliberação n.º 2003/0893/DAF do executivo municipal, à excepção do protocolo já referenciado (porque a execução destes serviços eram, anteriormente, da competência da autarquia).

Tabela dos preços praticados no exercício de 2005

Descritivo de serviços	Preçário	Unidade de medida
Despejo de fossas — Habitação e comércio:		
Normal — com tanque de 3 m ³	8,94	Tanque
Por km	0,61	km
Urgente — com tanque de 3 m ³	13,70	Tanque
Por km	0,61	km
Limpeza de colectores particulares:		
Sistema manual	9,78	Hora
Sistema mecânico (motoaspiração)	34,88	Hora
Aluguer de equipamento (particulares):		
Dumper com motorista até 2000 kg	9,33	Hora/fracção
Tractor e corta-silvas, com motorista	34,80	Hora

6 — Breve análise da situação económico-financeira da empresa

Passamos a demonstrar a situação económico-financeira, através da leitura directa dos principais *ratios*:

A cobertura do imobilizado foi garantida em 100% pelo AutoFinanciamento;

O imobilizado está a ser correctamente financiado pela estrutura dos capitais permanentes;

Pela análise do quadro seguinte, podemos verificar que os indicadores de liquidez (geral, imediata e reduzida) demonstram um desequilíbrio da tesouraria para solver aos compromissos de curto prazo. Apesar da evidência dos números, na verdade a situação está perfeitamente controlada, porquanto as subvenções financeiras entretanto aprovadas pela autarquia em 2006, no montante de 227 000 euros, irão satisfazer as necessidades de fundo de maneo.

Ratios de liquidez

Liquidez	(Em euros)	
	2005	2004
Geral	0,38	0,41
Reduzida	0,37	0,40
Imediata	0,09	0,10

Indicadores de liquidez (curto prazo)

Activo circulante	2005	2004	Variação (percentagem)
Existências	1 678,38	1 005,18	67
Dívidas de terceiros	57 563,47	49 078,64	17
Banco e caixa	18 951,98	17 427,95	9
<i>Total</i>	<i>78 193,83</i>	<i>167,511,77</i>	

Exigível a curto prazo	2005	2004	Variação (percentagem)
Dívidas a terceiros	202 052,99	152 601,54	32
Empréstimos obtidos	3 843,44	13 921,86	- 72
<i>Total</i>	<i>205 896,43</i>	<i>166 523,401</i>	

7 — Proposta de aplicação de resultados

O conselho de administração propõe que os resultados líquidos positivos apurados no montante de 10 801,44 euros sejam transferidos para resultados transitados.

Batalha, 17 de Março de 2006. — O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)*

Balço em 31 de Dezembro de 2005

ACTIVO

	2005			2004
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	942,03	942,03	—	—
Imobilizações corpóreas:				
Edifícios e outras construções	—	—	—	—
Equipamento básico	152 223,23	147 288,70	4 934,53	31 040,29
Equipamento de transporte	46 801,74	46 801,80	— 0,06	— 0,06
Ferramentas e utensílios	7 483,08	6 194,84	1 288,24	2 627,67
Equipamento administrativo	13 466,81	9 578,30	3 888,51	3 148,25
Imobilizações em curso	13 758,22	—	13 758,22	13 758,22
Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—
	<u>233 733,08</u>	<u>209 863,64</u>	<u>23 869,44</u>	<u>50 574,37</u>
Circulante:				
Existências:				
Mercadorias	1 678,38	—	1 678,38	1 005,18
Dívidas de terceiros — médio e longo prazos	—	—	—	—

	(Em euros)			
	2005			2004
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
Clientes, c/c e títulos a receber	33 656,32	—	33 656,32	5 275,18
Estado e outros entes públicos	6 874,87	—	6 874,87	5 232,39
Outros devedores	17 032,28	—	17 032,28	38 571,07
	<u>57 563,47</u>	<u>—</u>	<u>57 563,47</u>	<u>49 078,64</u>
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	18 804,83		18 804,83	17 276,03
Caixa	57 563,47		57 563,47	49 078,64
	<u>18 951,98</u>		<u>18 951,98</u>	<u>17 427,95</u>
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	227 000,00		227 000,00	160 000,00
Custos diferidos	18 951,98		18 951,98	17 427,95
	<u>232 069,09</u>		<u>232 069,09</u>	<u>163 767,21</u>
<i>Total das amortizações</i>		<u>210 805,67</u>		
<i>Total do activo</i>	544 938,03	210 805,67	334 132,36	281 853,35

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	2005	2004
Capital próprio:		
Capital	49 879,79	49 879,79
Ações próprias	—	—
Prestações suplementares	17 457,93	17 457,93
Reservas de reavaliação	—	—
Reservas:		
Reservas legais	—	—
Outras reservas	—	—
Resultados transitados	— 52 414,05	— 63 313,63
Resultado líquido do exercício	10 801,44	10 899,58
<i>Total do capital próprio</i>	<u>25 725,11</u>	<u>14 923,67</u>
Passivo:		
Provisões para riscos e encargos:		
Provisões nos termos do CCI	—	—
Outras provisões	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>
Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:		
Dívida a instituições de crédito	—	3 117,47
Accionistas	—	—
Outros empréstimos obtidos	—	725,95
	<u>—</u>	<u>3 843,42</u>
Dívidas a terceiros — curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	3 117,49	12 469,96
Fornecedores, c/c	9 709,61	4 278,01
Fornecedores de imobilizado	897,15	—
Accionistas	—	—
Outros empréstimos obtidos	725,95	1 451,90
Estado e outros entes públicos	19 109,27	18 934,45
Outros credores	172 336,96	129 389,08
	<u>205 896,43</u>	<u>166 523,40</u>

(Em euros)

	2005	2004
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	87 294,30	65 472,05
Proveitos diferidos	15 216,52	31 090,81
	<u>102 510,82</u>	<u>96 562,86</u>
<i>Total do passivo</i>	<u>308 407,25</u>	<u>266 929,68</u>
<i>Total do capital próprio e do passivo</i>	<u>334 132,36</u>	<u>281 853,35</u>

Batalha, 17 de Março de 2006. — O Conselho de Administração: (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2005

CUSTOS E PERDAS

	2005		2004	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
Mercadorias	13 609,86		14 623,35	
Matérias	—	13 609,86	—	14 623,35
Fornecimentos e serviços externos		54 188,79		50 444,81
Custos com pessoal:				
Remunerações	463 043,53		403 083,13	
Encargos sociais	96 990,85	560 034,38	77 745,56	480 828,69
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	30 213,69		32 924,11	
Provisões	—	30 213,69	—	32 924,11
Impostos		365,77		906,69
Outros custos e perdas operacionais		16,25		—
(A)		658 428,74		579 727,65
Perdas em empresas do grupo e associadas		—		—
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros		—		—
Custos e perdas financeiras		829,85		1 165,27
(C)		659 258,59		580 892,92
Custos e perdas extraordinários		275,53		425,15
(E)		659 534,12		581 318,07
Imposto sobre o rendimento do exercício		122,19		—
(G)		659 656,31		581 318,07
Resultado líquido do exercício		10 801,44		10 899,58
		<u>670 457,75</u>		<u>592 217,65</u>

PROVEITOS E GANHOS

	2005		2004	
Vendas:				
Mercadorias	13 709,59		14 629,68	
Produtos	—		—	
Prestação de serviços	<u>354 194,75</u>	367 904,34	<u>337 046 88</u>	351,676,56
Varição da produção		—		—
Trabalhos para a própria empresa		—		—
Proveitos suplementares		510,69		—
Subsídios à exploração		296 477,30		233 947,11
Outros proveitos e ganhos operacionais		—		—
(B)		664 892,33		585,623,67
Proveitos e ganhos financeiros		197,04		113,89

(Em euros)

	2005	2004
(D)	665 089,37	585 737,56
Proveitos e ganhos extraordinários	5 368,38	6 480,09
(F)	670 457,75	592 217,65
Resumo:		
Resultados operacionais (B)–(A) =	6 463,59	5 896,02
Resultados financeiros (D–B)–(C–A) =	– 632,81	– 1 051,38
Resultados correntes (D)–(C) =	5 830,78	4 844,64
Resultados antes de impostos (F)–(E) =	10 923,63	10 899,58
Resultado líquido do exercício (F)–(G) =	10 801,44	10 899,58

Batalha, 17 de Março de 2006. — O Conselho de Administração: (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras de Iserbatalha — Gestão de Equipamentos Urbanos Cultural e Inserção, E. M., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005 (que evidencia um total do activo de 334 132 euros e um total de capital próprio de 25 725 euros, incluindo um resultado líquido de 10 801 euros), a demonstração dos resultados por naturezas e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade da administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos

os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Iserbatalha — Gestão de Equipamentos Urbanos Cultural e Inserção, E. M., em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 23 de Março de 2006. — Matos, Soares & Vaz — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Manuel Alberto Gaspar Soares.*

Relatório e parecer do fiscal único

No desempenho das funções que me foram conferidas, e em cumprimento dos preceitos e disposições legais e estatutários, acompanhei, ao longo do ano de 2005, a actividade da Iserbatalha — Gestão de Equipamentos Urbanos, Cultural e Inserção, E. M, nomeadamente através de contactos regulares com a administração e com os serviços da empresa, nos quais me foram prestados os esclarecimentos e fornecida informação necessária e relevante ao exercício das minhas funções. Procedi ainda a diversas análises e verificações consideradas necessárias nas circunstâncias.

Após o final do exercício, foram-me facultadas e analisei as demonstrações financeiras anuais, o respectivo anexo e o relatório de gestão, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, sobre os quais agora apresento o meu relatório e parecer. Em consequência do trabalho realizado emiti a respectiva certificação legal de contas, a qual se considera anexa ao presente relatório e parecer.

Avaliei os critérios valorimétricos e as políticas contabilísticas utilizados na elaboração dos diversos documentos de prestação de contas (incluindo a política de amortizações e reintegrações), que se encontram descritos no anexo, e com os quais concordo.

O relatório de gestão, complementado pelas demonstrações financeiras e respectivos anexos, fornecem informação e dão esclarecimentos suficientes sobre a situação da empresa e perspectivas futuras, obedecendo às normas em vigor e aos preceitos legais.

Em consequência, sou de parecer que:

1 — O balanço, a demonstração de resultados, o respectivo anexo e restantes documentos de prestação de contas merecem a aprovação;

2 — Merecem, igualmente, aprovação os relatórios apresentados pela administração, bem como a proposta de aplicação de resultados aí apresentados.

Lisboa, 23 de Março de 2006. — O Fiscal Único, Matos, Soares & Vaz — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Manuel Alberto Gaspar Soares.* 3000208819